

CB FÓRUM / O evento será realizado na segunda-feira (6) e contará com a presença de especialistas de diversos setores

Seminário debate inovações na saúde

» TAÍSA MEDEIROS

O setor da saúde, que se encontra em notável expansão, vivencia um momento de grandes possibilidades, especialmente quando o assunto é tecnologia. Com este enfoque, o **Correio Braziliense** promove um debate sobre as perspectivas e novos rumos que a inovação toma na área da saúde. O CB Fórum Live Inovação acontece na próxima segunda-feira (6), em parceria com a Roche, das 15h às 17h30.

O grande objetivo do seminário é abrir espaço para o diálogo sobre os desafios vividos para estabelecer alianças de sucesso, que beneficiem tanto

pacientes quanto sistemas de saúde no país. Neste escopo, o tópico da inovação se torna central — assunto no qual a Roche é 100% focada. Com este compromisso, a organização dedica cerca de 20% da receita global para investir em pesquisa e desenvolvimento.

É este DNA que estará evidenciado nos três painéis temáticos programados para o evento. O primeiro tratará da inovação além do produto na indústria, com exemplos de alianças de sucesso entre o mercado público e o privado e que já beneficiam pacientes. Já o segundo abordará a relação entre inteligência artificial e saúde, com foco na sustentabilidade dos sistemas. Por

último, o debate da relação entre políticas públicas e o acesso à inovação em saúde.

O evento contará com a presença do ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Augusto Nardes e com a participação de especialistas renomados para debater os temas. O seminário será transmitido pelas redes sociais do **Correio** (Facebook, Instagram e YouTube).

Um dos casos a ser apresentado trata de uma parceria, realizada entre as prefeituras de seis capitais com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), em agosto. O objetivo do acordo foi priorizar a primeira infância nas políticas públicas municipais. A iniciativa

Unidades Amigas da Primeira Infância (UAPI) foi desenvolvida nas cidades de Belém (PA), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA) e São Luís (MA).

Outro empreendimento de sucesso a ser relatado é o projeto desenvolvido pela Roche e o Instituto Tellus, organização de Inovação e Design de Serviços Públicos do Brasil, com a Prefeitura de Cotia (SP) e parceiros financiadores. A iniciativa proporcionou melhorias no sistema de agendamento de consultas na Unidade Básica de Saúde Portão de Cotia. O número de faltas na UBS foi reduzido em 22% em apenas três meses e o programa foi expandido para outras 25 UBSs da cidade.

Brasil S/A
por Antonio Machado



machado@cidadebiz.com.br

Dominância dos tolos

A retração da economia pela medida do Produto Interno Bruto (PIB) no segundo e terceiro trimestres só chocou quem bate palmas para as frases feitas do ministro animador de auditório. Com a economia em recessão, Paulo Guedes voltou a apelar na sexta-feira à sua imagem favorita, palestrando para empresários: a da recuperação em V.

Como venho dizendo há tempos, a economia entrou num ciclo longo de estagnação, refletindo duas tendências. A mais antiga, iniciada há 40 anos, fez da indústria manufatureira entreposto de montagem do que gera valor em outras praças globais. A atual expressa o fim de linha da governança do Estado, capturada por oligarcas políticos e porções da elite do funcionalismo público. Reformas ditas liberais não resolvem. Não há “estatismo”. Há, sim, “privatismo” do Estado.

Surpreendente, portanto, não é o ministro que avalizou a eleição de Bolsonaro prometendo levantar R\$ 1 trilhão com a privatização de estatais e outro tanto vendendo imóveis da União dizer o que diz. Ele desempenha o papel de Guido Mantega no primeiro governo Dilma Rousseff: o de “levantador de PIB” no gôgô. Surpreendente é haver empresário se passando por tolo ao aplaudir empulhação.

Um mínimo de conhecimento de manual sobre economia bastaria para o sujeito racional inferir que se o Banco Central tem autonomia legal para operar a taxa de juro de política monetária, vulgo Selic, com o fim de convergir a inflação para a meta que lhe foi imposta pelo ministro da Economia em nome do governo, só alineados acharão que o crescimento econômico e o nível de emprego vão bombar em 2022.

A meta de inflação é de 3,75% este ano (com a variação em 12 meses do IPCA até outubro já de 10,67%) e de 3,50% para 2022. Só inflando os juros se chegará à meta de 2022. Mas ao custo de debilitar o já abatido consumo privado, o que se consegue com demissões e aperto financeiro das empresas. Adicionalmente, juro alto atrai capitais errantes para aplicações em títulos da dívida do Tesouro Nacional, ajudando a valorizar o real, cuja depreciação ao longo do fim de 2019 iniciou a desestabilização da inflação.

A desvalorização cambial desmontou o arcabouço frágil que sustenta a suposta racionalidade da macroeconomia desde que Dilma tentou com voluntarismo e empáfia administrativa acelerar o crescimento tocado a investimentos em infraestrutura. Repete-se o passado como farsa.

O suprassumo do cinismo

Dilma não dispunha de pessoal técnico experiente para o desafio, o que continua em falta na Esplanada dos Ministérios. Desdenhou, além disso, os atentados à lógica para se reeleger em 2014 (por exemplo, congelando tarifas e preços da Petrobras) — semelhante ao que se faz com o calote dos precatórios e outras infâmias bolsonaristas.

Também não enxergou ou fez vistas grossas ao ataque às estatais e ao orçamento federal, plantando, no primeiro, caso a Lava Jato e, no segundo, as “pedaladas” (ou ocultação de despesas fiscais), a causa formal de seu impeachment. A tecnologia dos “malfeitos”, como ela diria, foi posta a serviço da reeleição de Bolsonaro pelos mesmos aliados deles todos. Quem? O Centrão, o protagonista principal que se disfarça de coadjuvante na tragédia do país sem rumo, sem plano.

Por Centrão entende-se a aglomeração de partidos sem ideologia que vivia de doações privadas até que o STF se tornou ilegais e, desde então, exploram os fundos eleitoral e partidário, mais as emendas à lei orçamentária, chegando, com Bolsonaro, ao suprassumo do cinismo — o tal “orçamento secreto”, uma conta hoje de R\$ 16 bilhões posta na lei pelo relator geral escolhido pelo presidente da Câmara ou do Senado e distribuídos, sem critério nem publicidade, aos políticos submissos ao que eles mandam votar. Bolsonaro é sócio júnior dessa lambança, embora a sagacidade do Centrão o ponha como responsável.

Círculo vicioso do atraso

Os problemas são velhos e se agravaram com o governante fraco, que disfarça com grosserias. O problema mais sério implica ou assumir o protagonismo do Congresso, adotando-se o semi-presidencialismo, ou reformar o processo orçamentário, de forma a moralizar a partilha dos impostos arrecadados e os gastos pagos com emissão de dívida.

Sem isso, vai-se ampliar o que se vê: deputado de oposição votando projetos de interesse de quem lhes dá acesso ao dinheiro público do “orçamento secreto”. Dão banana a quem os elegeu. Reformas dos partidos e do sistema eleitoral são condições indispensáveis.

Trata-se, no entanto, apenas de moralizar a política. Por si, não trará o desenvolvimento num estalar de dedo. Isso é o mais difícil.

Pelo que os empresários escutam dos candidatos da tal terceira via e reagem a tais falas, deduz-se que uns e outros tomam indicadores do IBGE e reformas contábeis/administrativas como plano econômico.

Candidatos e seus economistas não falam de planejamento; ignoram as rupturas tecnológicas que ameaçam setores inteiros; passam ao largo da agenda da Governança Ambiental, Social e Corporativa, ESG, na sigla em inglês; não dizem como empregar 171 milhões de pessoas com idade para trabalhar, se há apenas 89 milhões (52%) na força de trabalho, das quais dois terços com empregos precários que as fazem depender de programas sociais. É o círculo vicioso do atraso.

Gente é a maior riqueza

A visão alienada sobre o desenvolvimento que enriquece nações que já foram mais pobres que a nossa e hoje desafiam EUA e Europa, que se movem para não ficarem para trás, tem que ser enfrentada, tal como a disposição do chamado “mercado” de aderir ao que não funciona.

Não tem futuro presidente entender progresso como a exploração de minérios e a expansão de pastos, aceitando degradar a Amazônia e os órgãos que a protegem. Ou candidato saudosista da Petrobras neste tempo terminal para os combustíveis fósseis. Falta-lhes a noção de que a maior riqueza de um país é a capacitação de sua gente, o que distingue os países desenvolvidos e os emergentes bem-sucedidos.

É distração, neste contexto, falar de terceira via, de agenda com cores liberais, incitar caça a comunistas escassos até na China. O caminho é o que tiver de ser para o desenvolvimento acontecer. Como fazer? Para começar, deixar de ovacionar o candidato que desfia uma penca de platitudes, jura apoiar o “livre mercado”. Muito pouco, ou nada, se a economia está virtualmente estagnada há quatro décadas.

XVII Fórum Jurídico (on-line)



Participação especial Txai Suruí

Etnia Paeter Suruí, Estudante de Direito, Ambientalista que discursou na abertura da 26ª COP26, em Glasgow, na Escócia. Atua no Núcleo Jurídico da Associação de Defesa Etnoambiental-Kanindé para povos da Amazônia. Criadora do Movimento da Juventude Indígena de Rondônia

A Proteção dos Direitos Fundamentais dos Povos das Florestas, no Brasil, para o Desenvolvimento Sustentável do Planeta

6 de dezembro de 2021 - 9h

Justa homenagem ao saudoso Desembargador, Jurista, Ambientalista e Professor Eladio Luiz da Silva Lecy



PALESTRANTES CONVIDADOS

ABERTURA: Ministro do STJ, Dr. Herman Benjamin - A Proteção dos Direitos Fundamentais dos Povos das Florestas, no Brasil, para o Desenvolvimento Sustentável do Planeta

Ministro do STF, Dr. Carlos Ayres Brito - O Direito Fundamental da Posse Imemorial dos Povos Indígenas no Brasil, sem barreiras do marco temporal

Líder das Causas Indígenas no Brasil, Txai Suruí - A Proteção dos Povos Indígenas e dos Ecossistemas da Amazônia, no Brasil, para o Desenvolvimento Sustentável do Planeta

Promotora de Justiça no Estado do Pará, Dra. Eliane Moreira - A proteção da Amazônia e o Poder Judiciário

Procurador Regional da República, Dr. Felício Pontes - O Direito Fundamental ao Território das Comunidades Quilombolas no Brasil

COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

Desembargador Federal Souza Prudente (Diretor da Esmaf)

Desembargador Federal Wilson Alves de Souza (Vice-diretor da Esmaf)

Juiz Federal Pedro Felipe de Oliveira Santos (Coordenador Pedagógico da Esmaf)

MEDIADORA TEMÁTICA

Desembargadora Federal Mônica Sifuentes



www.youtube.com/c/ESMAFTRF1aRegião

* Não há necessidade de inscrição prévia
* Link para emissão de certificado durante transmissão

Informações pelo e-mail: esmaf@trf1.jus.br